

A REINVENÇÃO NECESSÁRIA DA ESCOLA IMPRESCINDÍVEL

ARRUDA, Elismar Bezerra
Mestrando em Educação-PPGE-UFMT
elismar.bezerra@hotmail.com

TORRES, Artemis Augusta Mota
Prof^a. Dra. – Orientadora/ PPGE/UFMT
aatorres@ufmt.br

Eixo Temático: Educação e Movimentos populares

RESUMO

As lutas do povo brasileiro pela re-democratização do País, assim como o processo de ocupação de Mato Grosso desencadeado pelos governos militares nas décadas de 1970 e 1980, repercutiram fortemente na luta dos trabalhadores da educação mato-grossense. O projeto do governo dos militares de “colonização” do estado redesenhou as paisagens sócio-culturais, econômicas e políticas de Mato Grosso reorientando definitivamente o seu desenvolvimento, a sua economia e a sua história. Este texto resgata, ainda que brevemente, esses processos e discute a experiência de concepção e implantação dos NEPs – Núcleos de Educação Permanente, como tentativa de reconceitualização teórico-prática da escola pública, desde a educação de jovens e adultos vivenciada na segunda metade da década de 1980. Tratava-se de um projeto de escola que, tentando superar os processos pedagógicos “infantilizadores” com que se trabalhava nos cursos e programas da Educação Supletiva, propunha uma reorganização político-pedagógica e administrativa do espaço escolar de modo a redefini-lo como ambiente educativo, formativo dos trabalhadores da educação. De fato, a presente reflexão é parte da reflexão maior e mais complexa que constitui o projeto de pesquisa “Uma tentativa de reinvenção da Escola Pública como instrumento de emancipação: o caso dos NEPs”, que estamos a desenvolver no Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso. Um projeto que, tendo a Dialética do Materialismo Histórico como instrumento metodológico, tem o propósito de aprofundar a compreensão sobre os processos de reinvenção da escola na perspectiva das classes populares, buscando evidenciar a complexidade, os limites e possibilidades dessas transformações. Assim, a partir dos referenciais científicos do Materialismo Histórico, especialmente ressignificados nas reflexões de Gramsci e na importante obra contemporânea de Giovanni Semeraro, trabalhamos a perspectiva de reconceitualizar teórico-praticamente a Escola Pública enquanto instrumento de reinvenção do poder pelos trabalhadores na sua luta pela transformação do real em favor de um novo projeto de sociedade.

Palavras-chave: Escola Pública. Poder. Política.

A REINVENÇÃO NECESSÁRIA DA ESCOLA IMPRESCINDÍVEL

As transformações das paisagens sócio-econômicas e culturais mato-grossenses

Vindos de todas as diversas direções pelas quais se chega ou sai de Cuiabá, servidores públicos, trabalhadores, pais/mães, estudantes, líderes comunitários e sindicais e políticos convergiam em animada caminhada, sob cânticos e palavras de ordem próprios dos movimentos sociais daquele então, para a Praça Rachid Jaudy. Fez-se um “mar de gente” a “Caminhada por Trabalho, Salário e Educação”, mais gente que no comício das Diretas-Já de 1984, conforme atestou discursando Dante de Oliveira.

Liderada pelos trabalhadores das escolas públicas de Mato Grosso aquela Caminhada, que paralisou as principais vias arteriais da capital mato-grossense naquele agosto de 1992, simboliza bem as lutas empreendidas pelo povo brasileiro e, particularmente desde a década passada, pelo povo mato-grossense por uma escola pública capaz de atender as suas necessidades educacionais. Aqui vivíamos um vigoroso processo de transformações, inclusive políticas e educacionais, aprofundadas desde fins dos anos 1970. Nesse processo os trabalhadores da educação, com suas memoráveis lutas, afirmaram-se como grandes protagonistas.

Na década de 1970, o estado se caracterizava como periférico, tecnologicamente atrasado, com uma economia assentada na prática de atividades extrativistas e produção primária de produtos agropecuários, além de uma infraestrutura de transportes precaríssima. Conforme a geopolítica dos militares a região Centro-Oeste, a partir do final daquela década e início dos anos 1980, torna-se objeto de ações que lhe aprofunda as mudanças observadas desde a inauguração de Brasília. Para efetivar essa política os militares criam a Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste com a finalidade de promover o desenvolvimento e a integração da região, o que incluía Mato Grosso; investem na melhoria e ampliação da estrutura viária integrando Mato Grosso ao Brasil através de quatro eixos rodoviários representados pelas BRs 364, 070, 163 e 158; concedem incentivos fiscais, créditos subsidiados e financeiros para a implantação de grandes e modernos empreendimentos rurais para a produção de grãos e pecuária extensiva; estimulando, por outro lado, programas de ocupação através de projetos de

colonização que determinaram a vinda de milhares de famílias de trabalhadores das regiões Sul e Sudeste do País, para as áreas virgens ou pouco povoadas de Mato Grosso.

Grande parte daquela população migrante era formada por pequenos agricultores, com pouca escolaridade, clientes dos programas de assentamento e/ou colonização do Governo Federal que, embora não dispusessem de equipamentos e modernas tecnologias voltadas para a produção agropecuária, vinham de realidades em que as relações de produção no campo estavam mais desenvolvidas, no âmbito da modernização capitalista, que as praticadas aqui. Aqui chegados, eram destinados para as regiões virgens do estado, as chamadas “fronteiras agrícolas”; notadamente para as regiões do Araguaia e para a que ficou conhecida como Nortão. Esse intensivo processo de migração fez os índices de crescimento populacional dispararem de forma a superar a média do crescimento populacional nacional: de 600 mil habitantes em 1970, a população mato-grossense cresceu para, aproximadamente, 2,750 milhões em 2004; enquanto a população brasileira, no mesmo período, cresceu de cerca de 90 milhões para, aproximadamente, 180 milhões de habitantes (IBGE).

Os impactos desse processo foram imediatos: o encontro dessas populações em solo mato-grossense, além de criar um novo biótipo, fundou novos referenciais culturais: sínteses das culturas que aqui miscigenaram, as experiências com a agricultura que os migrantes trouxeram, permitiram a inauguração de uma nova relação do homem com a terra, seja relativamente às técnicas e tecnologias de produção, seja no que se refere ao mercado, comércio e fontes e formas de financiamento, etc., da produção, superando antigas tradições por novos procedimentos empresarial-capitalistas; essa realidade econômica faz surgir um novo homem/mulher do campo, agora com o status de empresário, redesenhando a vida nos centros urbanos existentes e fundando novos sob esse jeito de ser sócio-culturalmente. Novos matizes sociais, culturais e econômicos estavam inaugurados, mudando definitivamente as paisagens do velho Mato Grosso.

As mudanças se revelaram, também, na relação da cidadania com as estruturas do poder público, do Estado. As experiências de vida dos migrantes com serviços e agentes públicos melhor qualificados que os praticados no Mato Grosso daquele então, aliadas ao processo de democratização que o País vivenciava, imprimiram mais qualidade e abrangência às reivindicações das populações junto aos órgãos e instituições político-administrativos dos governos municipais, estadual e federal. Por outro lado,

eram esses governos municipais, estadual e federal os grandes empregadores da população mato-grossense, além de ofertarem os melhores empregos, os melhores remunerados e seguros; o que conferia importância significativa aos servidores públicos frente à sociedade, de modo que baixos salários e/ou atraso no pagamento dos seus vencimentos impactavam negativa e imediatamente a economia do estado. Eis em grande medida as razões da capacidade de mobilização da sociedade mato-grossense que os trabalhadores do ensino público demonstravam ter no encaminhamento das suas lutas.

Os educadores souberam articular com competência a defesa dos seus interesses imediatos (salários, estabilidade, plano de carreira, condições de trabalho, etc.), com as necessidades educacionais da população mato-grossense (combate ao analfabetismo, qualidade do ensino, escola para todos, estruturas físicas mais adequadas, etc.) e, ainda, com as lutas estratégicas dos movimentos sociais que ocorriam no plano nacional. Fruto dessas importantes lutas, diversas conquistas já estavam sendo vivenciadas nas escolas públicas do estado, especialmente nas escolas da rede estadual de ensino. Dentre essas, afluíam com mais evidência a Gestão Democrática, em que se destacavam as eleições para diretores de escolas e para os superintendentes regionais de ensino; a Horatividade na proporção de 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho dos professores; e o piso salarial profissional referenciado no salário mínimo calculado pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Estatísticos.

Esses avanços político-administrativos e jurídicos constituíam uma estratégia de construção de um projeto político-ideológico que extrapolava o mundo educacional-escolar; de fato constituíam uma trama cuidadosamente urdida pelos educadores na perspectiva da criação das condições objetivas para a efetivação de outra luta: a apropriação e a reinvenção da escola como ambiente e instrumento capaz de novas, mais amplas e radicais construções. Em suas reflexões sobre a importância e a função da escola para as lutas de emancipação das classes subalternas, Ildeu Coelho (1982, p. 39) identifica cristalinamente a perspectiva que animava os educadores militantes desse então:

“Se a Escola reproduz a hegemonia burguesa, ela não é um simples reflexo da sociedade, mas pode e deve tornar-se também um instrumento valioso para a instauração de uma nova hegemonia e de um novo bloco histórico. Se o controle da educação, assim como de todos os outros instrumentos de intervenção social, é fundamental para a reprodução da dominação de classe - e a classe dominante sabe muito bem disso, tanto assim que de modo algum abre mão dessa

vigilância – o assumir deste controle pelas classes subalternas representa certamente um avanço em sua luta política. [...] Daí a necessidade de se apropriar da escola pública para dar-lhe um novo sentido e função social ao colocá-la de fato a serviço das classes trabalhadoras.”

Era preciso criar as condições concretas para que a escola (seus trabalhadores, educandos e membros da comunidade participantes) pudesse se reconceituar, elaborando e afirmando uma identidade própria a partir dos consensos construídos de forma a superar a situação de negação com que se formatara até então. Mais que interpretar o seu não-ser era necessário compreender historicamente a sua nova construção, para afirmar-se teórico-praticamente como ser-sujeito de si, tendo presente sua “função” histórica na sociedade que pretendia transformar na perspectiva dos subalternos.

Portanto, aquelas conquistas, ainda que significassem (e significavam) melhores condições de vida e trabalho para os educadores e pudessem ser (e foram) exibidas como resultados positivos alcançados por eles nas duras batalhas travadas contra o sistema capitalista revestiam-se, também, de outro significado: o apoderar-se de melhores e mais sofisticados instrumentos para a batalha maior, mais ampla e complexa: a construção histórica da autonomia dos subalternos como classe dirigente. Neste sentido, Gramsci (1999, p. 137) em suas elaborações sobre o processo de construção teórico-prático da hegemonia das classes subalternas nos ajuda a entender os objetivos daquele desafio:

“[...] a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada “cidadão” possa se tornar “governante” e que a sociedade o coloque, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar.”

Entretanto, reinventar-se como instrumento de construção de um projeto estratégico dos subalternos exigia a reinvenção das relações estabelecidas no interior da escola. A escola precisava inaugurar um processo em que se refizesse com a consciência de que estava refazendo o mundo em que estava inserida. Neste sentido, aquelas conquistas, que haviam sido debatidas e elaboradas em momentos de intensas atividades políticas dos trabalhadores da educação (greves, congressos, seminários e encontros),

afirmavam uma perspectiva político-ideológica que exigia um novo jeito de ser dos educadores no exercício das suas atividades como docentes, portanto, a própria reinvenção.

Desse modo, fica claro que o arcabouço político-administrativo da “velha” escola não cabia, nem suportava a carnificação das vontades e dos sonhos daqueles educadores. Estava evidenciado, pelo menos para a vanguarda daqueles trabalhadores da educação, que se impunha a necessidade da construção de um ambiente capaz de educar os educadores de modo a ajudá-los a compreender e transformar o real imediato, influenciando objetivamente a realidade que transpassava os limites da escola.

Reinventar a escola na perspectiva dos trabalhadores

De fato o que se estava buscando construir era um tipo de poder que não existia, senão a sua negação nas estruturas e formas de ser da escola criticada. Assim, a própria construção se impunha como um conteúdo que afirmava uma nova perspectiva de escola e de educadores, fundada na democracia, fundando um novo ambiente político-administrativo e pedagógico.

É nesse contexto que guindados à condição de dirigentes da educação de jovens e adultos em Mato Grosso, por força dos processos de democratização do País que elegeram Dante de Oliveira prefeito de Cuiabá e Carlos Bezerra governador do estado, um grupo de educadores, fazendo a crítica teórico-prática à Educação de Jovens e Adultos praticada naquele então, concebe e desenvolve os Núcleos de Educação Permanente (NEPs). Aqueles militantes justificavam a ocupação do espaço institucional com o discurso de que era possível usá-lo na perspectiva da construção de uma nova realidade social, política, cultural e econômica de modo a favorecer os “debaixo”. Só teria, portanto, sentido integrar e continuar no governo se suas presenças contribuíssem de fato para a efetivação das mudanças que defendiam quando fora das estruturas do Estado.

Semeraro (2009, p. 192), ao fazer uma singular análise e feliz interpretação das lutas dos movimentos populares latino-americanos, evidenciando-nos a filosofia, no

sentido de concepção de mundo, que emerge de todas aquelas construções históricas, traduz a vontade daqueles educadores mato-grossenses:

“Trata-se, então, de promover práticas político-pedagógicas que formem destemidos, indômitos, atrevidos, soberanos, novos sujeitos ético-políticos não apenas libertos e autônomos, mas intencionados e preparados para governar o mundo com um projeto realmente alternativo de forma a realizar uma democracia popular radicalmente diferente da que privilegia uma minoria...”

A idéia que originou os NEPs foi a de se criar uma escola que atendesse as especificidades dos jovens e dos adultos que haviam sido excluídos do “ensino regular”. Essas especificidades determinavam a necessidade de uma escola que se diferenciasse da “escola regular” desde a organização dos cursos em relação a conteúdos, duração e horário em que deveriam ser ministrados, até a sua estrutura político-administrativa; passando pela re-qualificação dos educadores que trabalhariam nessa escola.

Diversas questões se impõem ao analisar o tema como objeto de pesquisa: que aspectos políticos, pedagógicos, administrativos e estruturais caracterizaram o fazer cotidiano dos educadores e dos jovens e adultos educandos desses NEPs?, em que essa experiência pode ter contribuído para o desenvolvimento da EJA em Mato Grosso?, são os NEPs referenciais como um novo modo de ser escola, interna e externamente, na sua relação com a comunidade extra-escolar?, que impressão os jovens e adultos que vivenciaram os NEPs tiveram e/ou guardam daquele ambiente?, que avaliação os educadores fazem das suas atividades e em que, ou se, as diferenciam de outras escolas?, conseguiram os trabalhos desenvolvidos nesses Núcleos fazer elevar culturalmente educandos e educadores na perspectiva da liberdade, conforme Gramsci (O. N. 1987, 623 apud Paolo Nosella, A escola de Gramsci, 2004, p.25). São questões que, mais de vinte anos depois, orientarão a investigação no sentido de construir uma nova compreensão sobre a experiência dos NEPs.

Desde a concepção, implantação e desenvolvimento dos NEPs parece não haver uma crítica ancorada em uma reflexão rigorosa sobre essa experiência no sentido de ajudar na compreensão e no apontamento de possíveis caminhos para a superação dos problemas que essa modalidade educacional vive. Desta forma, não resta dúvida que há a necessidade de uma análise mais rigorosa sobre a natureza daquela proposta, os resultados educacionais alcançados, os tipos de relações que se formaram no interior dessas escolas ao longo do tempo, sobre os processos de eleição e o papel dos seus

dirigentes, seja como líder da respectiva unidade educacional, seja em relação à comunidade extra-escolar.

Nesse sentido é interessante observar que ao longo das décadas o processo de administração das unidades escolares foi caracterizado por uma relação conflituosa entre educadores e órgãos superiores da educação. A repartição das responsabilidades impunha aos educadores cuidar do “processo pedagógico”, isto é: executar o que lhes era mandado; enquanto às Secretarias de Educação ficava a administração da “infraestrutura”, qual seja: os materiais e equipamentos, os recursos financeiros, os recursos humanos e a definição da política educacional. Parece haver nessa repartição uma desvalorização do pedagógico com a intenção de desqualificá-lo, o qual fica para os trabalhadores, sem poder, cuidarem; enquanto os administradores graduados que “despacham” no âmbito das secretarias, distantes da escola cuidavam dos elementos que conferiam e conferem poder.

Assim, administrar a escola parecia apenas um “cuidar para alguém”, aquele que viria depois para verificar a ordem cumprida. A escola não era um projeto do coletivo dos que ali trabalhavam cotidianamente; parecia ser um corpo que se fazia por ordem superior, exógena, estrangeira donde emanava o poder que ali se corporificava. De um modo geral, os trabalhadores da escola se sentiam desresponsabilizados em relação à otimização daquele ambiente, de maneira que não se preocupavam com os custos operacionais mensais ou anuais daquilo – não eram responsabilidades suas, mas do “governo”.

A proposta dos NEPs, inclusive em relação à gestão, criava uma nova realidade político-administrativa para os educadores e educandos em geral e, especialmente, para os que assumiram as funções de gestor. De um modo geral os NEPs e todos os equipamentos e materiais ali existentes, bem como os seus funcionários, passaram a ser responsabilidade dos que os dirigiam de forma colegiada; a Escola passa a se preocupar consigo. A dimensão desta “preocupação” e a sua natureza política precisam ser compreendidas sob a perspectiva da reinvenção de uma nova prática político-administrativa e pedagógica emancipadora.

A Gestão Democrática, portanto, constitui o conteúdo que se faz instrumento de ação e reconceituação político-pedagógica. Um tempo remunerado, destinado exclusivamente às atividades de planejamento, estudo e avaliação do trabalho docente, inclusive o realizado em sala de aula; a autonomia político-pedagógica para as escolas; a estabilidade e outras garantias trabalhistas, dentre outras conquistas, além de

significarem melhor condição de vida e trabalho para os educadores, precisam ser compreendidas como patamares sobre os quais deve se pensar e agir na perspectiva da tessitura de um novo modo de produzir e viver a vida. Esse processo de tentativa de subjetivação política de educadores e educandos, ao elaborarem, construírem um novo ambiente educativo-escolar nos NEPs, abrem a perspectiva da inauguração e urdidura de um novo tipo de poder; fundam ali, democrática e pedagogicamente, o autogoverno?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, Ildeu Moreira. A questão política do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **O Educador: vida e morte**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- FAUDEZ, Antônio & FREIRE, Paulo. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- _____. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática Educativa. 39ª edição, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2009.
- QUEIROZ, José J. (Org.) A educação popular nas comunidades eclesiais de base. São Paulo, Edições Paulinas, 1985.
- GRAMSCI, A. A concepção dialética da história. 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- MARTINS, Marcos F. Marx, Gramsci e o conhecimento, ruptura ou continuidade? São Paulo, Autores Associados, 2008.
- MAKARENKO, A. S. Poema pedagógico. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci. 3ª edição, São Paulo, Cortez, 2004.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis. São Paulo, Idéia e Letras, 2006.
- _____. Libertação e hegemonia, realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, Idéias e letras, 2009.

TORRES, Artemis. **Luta por escola na periferia:** o caso do Bela Vista. In Mato Grosso em movimentos – ensaios de educação popular. Cuiabá, EdUFMT, 1994.

_____. **Conselhos escolares:** balizas da democracia na escola pública. In SEMERARO, G.; PASSOS, L. A. (Orgs.) Educação fronteira política. Cuiabá, EdUFMT, 2006.